

## **Renar Maçãs S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Em milhares de reais)

### **1. Contexto Operacional**

A Renar Maçãs S.A. foi constituída em 22/FEV/67 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28/DEZ/04.

Em 02/DEZ/09 a Renar Maçãs S.A e a Pomifrai Fruticultura S.A firmaram, juntamente com os acionistas da Pomifrai e outros, um Acordo de Incorporação ("Acordo de Incorporação"), visando viabilizar a associação estratégica entre as companhias, objetivando unificar suas operações mediante a incorporação das ações de emissão da Pomifrai pela Renar Maçãs, nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/76 ("Associação Estratégica").

A assinatura do acordo de incorporação foi autorizada pelo conselho de administração da Renar Maçãs, em reunião realizada em 02/DEZ/09.

Em 28/SET/10 a companhia realizou AGE, que conforme deliberação (iv): Aprovou a incorporação de ações, convertendo-se a Pomifrai em subsidiária integral da companhia, nos termos do artigo 252 da lei nº 6.404/76 e conforme estabelecido no protocolo e justificção, no qual foi fixada uma relação de substituição de 1,5 (uma e meia) ação ordinária de emissão da companhia para cada 1 (uma) ação de emissão da Pomifrai a ser incorporada ("Relação de Substituição"), totalizando uma emissão, pela companhia, de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações").

### **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado – BR GAAP.

As praticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as diretrizes da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis, aplicáveis à companhia, emitidos pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade.

As informações contidas neste relatório estão apresentadas de forma consolidada e foram aprovadas pela diretoria e pelo conselho de administração da Renar Maçãs S.A em 08 de ABRIL de 2011.

A avaliação do investimento em controlada é apresentada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, o que diverge das IFRSs, nas quais a exigência é para que a avaliação desses investimentos nas demonstrações da controladora seja pelo seu valor justo ou pelo custo.

As práticas e avaliações contábeis adotadas que produziram efeitos na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão baseadas nos pronunciamentos contábeis, as quais foram:

- Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da companhia não aplicou o referido pronunciamento, conforme explicado nota 3.6;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 640/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; a administração da companhia registrou os efeitos em suas demonstrações financeiras;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 641/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a administração, para o exercício findo de 31/DEZ/10, está apresentando a demonstração dos fluxos de caixa comparativa com o exercício de 2009;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 644/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, a administração apurou e contabilizou os valores nessa conta;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 646/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, a administração aplicou o presente pronunciamento e não apurou valores relevantes que justificassem qualquer ajuste em suas demonstrações financeiras;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 557/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado - DVA, a administração, para o exercício findo de 31/DEZ/10, está apresentando a DVA comparativa com o exercício de 2009;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 564/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a administração aplicou este

pronunciamento e apurou valores, os quais foram contabilizados tanto em seus ativos quanto em seus passivos;

- Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios, aprovado pela Deliberação CVM nº. 580/09. A administração informa que adquiriu até 30/SET/10 ativos, assumindo passivos, mediante a combinação de negócios no período de 2010, conforme divulgado detalhadamente na nota 25;
- Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, aprovado pela Deliberação CVM nº 575/09. A administração da companhia avaliou as exigências do Pronunciamento e concluiu que as práticas contábeis relacionadas aos estoques já estavam em harmonia com essas novas exigências;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 605/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 18 – Investimento em Coligada e Controlada e considerando que possui investimentos na controlada Pomifrai Fruticultura S.A., a administração da companhia aplicou os procedimentos exigidos no pronunciamento, conforme detalhamento na nota 10;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 577/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, a administração aplicou esse pronunciamento e não apurou valores relevantes que justificassem modificações nos procedimentos contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 594/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, a administração aplicou este pronunciamento e contabilizou e divulgou valores, conforme demonstrado em nota 17;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 583/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a administração da companhia, informa que está implementando os controles internos necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências deste pronunciamento na controladora, conforme demonstrado em nota 3.6;
- Quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41), aprovado pela Deliberação CVM nº 596/09, a administração, após analisar as etapas do processo de desenvolvimento da fruta, concluiu que não é possível o reconhecimento e mensuração do ativo biológico, haja vista que, somente após a maturação, ou seja, em até 10 dias antes do fruto estar maduro e apto para colheita, é possível valorizá-lo. Dessa forma, a administração decidiu por não reconhecer os efeitos dos ativos biológicos;
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 597/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 30 – Receitas, a administração aplicou esse pronunciamento e informa que as receitas de vendas são reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos aos clientes. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização;

- Em atendimento a Deliberação CVM nº 599/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a administração adota procedimentos contábeis de reconhecimento e divulgação detalhada da tributação sobre o lucro, conforme se observa na nota 20.
- Em atendimento a Deliberação CVM nº 599/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas, a administração informa que na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram observadas as exigências CPC 36 (R1);
- Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração; Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e Pronunciamento Técnico CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, todos aprovados pela Deliberação CVM nº 604/09. A companhia já adotava procedimentos contábeis de reconhecimento e divulgação dos instrumentos financeiros, motivo pelo qual a administração informa que a aplicação das exigências desses pronunciamentos não provocaram reflexos contábeis, apenas maiores informações em notas explicativas das demonstrações financeiras, conforme nota 22.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38, da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica, face ao regime tributário de transição – RTT, devendo ser considerados para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31/DEZ/07.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e da controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). Para fins das demonstrações consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa do grupo são convertidos para reais que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da companhia.

### **3 Principais Práticas Contábeis**

#### **3.1 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

#### **3.2 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

### **3.2.1 Ativos financeiros**

São mensurados ao valor justo por meio do resultado, e incluem ativos financeiros disponíveis para negociação no curto prazo e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras quando incorridos.

Os principais ativos financeiros, reconhecidos pela companhia, são caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras em fundos de renda fixa com rendimento diário, contas a receber de clientes, contas a receber por alienação de bens do ativo imobilizado. A companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

### **3.2.2 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como não mensurados ao valor justo e compostos por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

## **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, são ativos financeiros disponíveis para negociação.

## **3.4 Contas a receber de clientes**

As contas a receber são apresentadas a valores de realização, com atualização cambial, quando denominadas em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

### **3.5 Estoques**

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização.

### **3.6 Imobilizado**

Na Controladora o ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, incluindo os bens adquiridos por arrendamento mercantil, deduzido da depreciação acumulada, atualizado monetariamente até 31/DEZ/95.

As depreciações são calculadas pelo método linear, observadas as taxas anuais informadas na nota 11.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29/DEZ/06, novas taxas de depreciação foram aplicadas aos pomares, edificações urbanas e rurais, a partir de JAN/07, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

A reavaliação ocorrida em 2006 também contemplou ativos não depreciables, como terrenos. Na época não foram contabilizados os correspondentes tributos, em atendimento à prática contábil vigente naquele momento (Lei 6404/76). Contudo, em 2010, para atender a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, a administração efetuou registro contábil a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

A administração até o momento não implementou os controles internos necessários para a mensuração dos reflexos da aplicação das exigências do Pronunciamento CPC 01 que refere-se a redução ao valor recuperável de ativos e CPC 27 que prescreve que o método de depreciação utilizado pela entidade deve refletir o modelo de previsão de consumo (vida útil) dos benefícios econômicos do ativo.

Em virtude dos ativos da companhia serem constituídos, principalmente, de imóveis e implementos rurais, foi contratada a empresa Rosfil Cadastramento e Gerenciamento Patrimonial Ltda., CNPJ 00.593.896/0001-60, qualificada para desenvolver os trabalhos visando atender integralmente os CPC's 01 e 27.

Os motivos que levaram a administração ao não cumprimento da exigência foram: a contratação, elaboração e entrega do laudo de reavaliação dos ativos, fora de um prazo hábil para a execução dos procedimentos.

O atendimento aos referidos CPC's serão implantados na íntegra na companhia durante o exercício de 2011.

Na controlada os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Na controlada a administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, especialmente o imobilizado, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essas perdas, quando necessárias, são classificadas como outras despesas operacionais. Em 31/DEZ/10 a Administração identificou a necessidade do registro de provisão para desvalorização na classe de imobilizado culturas permanentes – pomares e florestas.

### **3.7 Intangível**

Corresponde às marcas, registradas ao custo de aquisição e não ultrapassa o valor de realização. Estes ativos possuem vida útil indefinida e são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

### **3.8 Diferido**

Os gastos com sistemas e com certificações diferidos são recuperáveis, e serão mantidos até o término da amortização.

### **3.9 Outros Ativos e Passivos**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

### **3.10 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), abrangendo imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporárias não dedutíveis ou exclusões de receitas temporárias não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. No exercício de 2010 não foram contabilizados valores de imposto de renda e contribuição social em virtude de ter sido apurado prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social.

### **3.12 Informações da Consolidação**



Controlada é toda a entidade cuja política financeira e operacional pode ser conduzida pela companhia e na qual normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis, são levados em consideração para constatar que a companhia controla outra entidade. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios.

As operações entre a companhia e sua controlada, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações e seus efeitos tributários, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela companhia. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Renar Maçãs S/A e sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S/A a qual também é controladora da Pomifrai Alimentos Ltda.

### **3.13 Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia revisa suas estimativas regularmente.

### **3.14 Lucro ou Prejuízo por ação**

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/prejuízo/ quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

## **4 Disponibilidades**

### **4.1 Caixas e Bancos**

Descrição	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
Caixa	5	9	10	9
Bancos	482	1.314	494	1.314
<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>1.323</b>	<b>504</b>	<b>1.323</b>

## 4.2 Aplicações Financeiras

Descrição	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
Aplicações financeiras	-	555	1.327	555
<b>Total Geral</b>	<b>-</b>	<b>555</b>	<b>1.327</b>	<b>555</b>

A aplicação financeira realizada na controlada, no Banco Lemon S/A, é remunerada a uma taxa de variação DI FI LP.

## 5 Clientes

Descrição	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
Duplicatas a Receber	10.567	4.554	14.435	4.554
Duplicatas Descontadas - Bancos	(1.860)	-	(4.464)	-
Duplicatas Descontadas (Pomifrai)	(2.025)	-	(2.025)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.689)	(135)	(3.428)	(135)
<b>Total</b>	<b>3.993</b>	<b>4.419</b>	<b>4.518</b>	<b>4.419</b>

A composição das Contas a Receber por idade de vencimento é:

Vencimentos	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
Vencidas até 30 dias	117	481	298	481
Vencidas de 31 a 60 dias	63	1.863	165	1.863
Vencidas de 61 a 90 dias	10	192	15	192
Vencidas de 91 a 180 dias	729	163	748	163
Vencidas a mais de 181 dias	7.110	51	8.086	51
<b>Total vencidas</b>	<b>8.029</b>	<b>2.750</b>	<b>9.312</b>	<b>2.750</b>
A vencer	2.538	1.804	5.123	1.804
<b>Total Duplicatas</b>	<b>10.567</b>	<b>4.554</b>	<b>14.435</b>	<b>4.554</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é:

Movimentações	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
Saldo inicial	(135)	(153)	(135)	(153)
Adições	(2.554)	(84)	(3.293)	(84)
Recuperações	-	102	-	102
<b>Total</b>	<b>(2.689)</b>	<b>(135)</b>	<b>(3.428)</b>	<b>(135)</b>

## 6 Estoques

A composição dos estoques em 2010 e 2009 está demonstrada a seguir:

Descrição	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
Maçãs Próprias	219	36	299	36
Maçãs de Terceiros	246	1.944	246	1.944
Produtos em Formação (Safrá de Maçãs)	6.787	8.990	14.405	8.990
Material Consumo e Reposição	1.672	2.047	2.301	2.047
Estoque em Poder de Terceiros	426	-	856	-
Outros	20	35	38	35
<b>Total</b>	<b>9.370</b>	<b>13.052</b>	<b>18.145</b>	<b>13.052</b>

## 7 Tributos a Recuperar

Descrição	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3</b>	<b>51</b>	<b>530</b>	<b>51</b>
IRRF sobre Aplicação Financeira	3	51	12	51
ICMS	-	-	-	-
PIS	-	-	15	-
COFINS	-	-	71	-
Contribuição Social s/Lucro	-	-	11	-
Crédito Presumido IPI a Recuperar	-	-	421	-
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>6.374</b>	<b>5.725</b>	<b>10.327</b>	<b>5.725</b>
ICMS	547	584	854	584
PIS	1.099	932	1.706	932
COFINS	4.728	4.209	7.767	4.209
<b>Total</b>	<b>6.377</b>	<b>5.776</b>	<b>10.857</b>	<b>5.776</b>

Os montantes de PIS e de COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades da companhia. Foi requerido, administrativamente, junto à Secretaria da Receita Federal, amparada no art. 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a restituição de R\$ 2.009 mil que se encontra passível de análise pelos auditores fiscais. Na controlada o montante é de R\$ 2.386 mil, esses créditos já estão sendo analisados pela Receita Federal.

## 8 Adiantamentos a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores correspondem aos valores adiantados a produtores rurais, com os quais a companhia possui contratos para a preparação da safra do próximo ano. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Descrição	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
Adiantamento Fornecedores	5.344	8.055	5.638	8.055
<b>Total</b>	<b>5.344</b>	<b>8.055</b>	<b>5.638</b>	<b>8.055</b>

## 9 Alienação de Bens do Imobilizado

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, conforme segue:

<b>Terreno ou Imóvel</b>	<b>Valor Original da Venda em milhares de reais</b>	<b>Vencimento Final</b>	<b>Forma de Recebimento</b>
Área de 2.085.734,37 m2	1.640	31/05/2011	20 mil reais em moeda corrente nacional acrescido pelo equivalente a 90 mil sacas de milho de 60kg parcelados.
Área de 2.304.100,00 m2	2.600	04/05/2012	Equivalente a 115 mil sacas de milho de 60 kg.
Área de 840.500,00 m2	1.200	04/05/2013	200 mil reais à vista em moeda corrente nacional e 1 milhão reais representados por 50 mil sacas de milho de 60kg parcelados.
Área de 1.505.367,50 m2	2.500	01/09/2013	1 milhão de reais em moeda corrente nacional a vista. E o saldo recebível em 07 parcelas fixas.
Área de 610.000,00 m2	1.000	10/12/2011	336 mil reais em moeda corrente nacional a vista. E o saldo recebível em 04 parcelas fixas.

Os valores das parcelas atreladas ao preço da saca do milho de 60 kg, são atualizados com base na cotação em 31/DEZ/10.

O saldo em 31/DEZ/10 desses valores a receber era respectivamente R\$ 2.784 mil (em 31/DEZ/09 R\$ 1.405 mil) registrados no Circulante, e R\$ 1.832 mil (em 2009 R\$ 1.702) registrados no Realizável à Longo Prazo.

Em 31/DEZ/10 o investimento foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial:

Descrição	Em Milhares de Reais
	31/DEZ/10
Patrimônio Líquido da Investida	36.359
% Participação da Investidora	100,00%
Resultado do Exercício da Investida	(18.744)
<b>Efeitos na Equivalência Patrimonial</b>	<b>6.517</b>
Efeito da Baixa de Avaliação Patrimonial	963
Ganho Avaliação Patrimonial Investida	6.182
Ajuste de Exercício Anterior	(540)
Outros	(88)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(12.227)
Saldo Contábil do Investimento	36.359

Conforme mencionado nas notas 24 e 25, em 02/DEZ/09 foi firmado um acordo de incorporação entre as empresas Renar Maçãs S/A e Pomifrai Fruticultura S/A, com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros e otimizar os ativos, valendo-se das melhores condições financeiras obtidas para cada uma delas junto às instituições financeiras e fornecedores. A incorporação foi concluída em 28/SET/10, aprovado em AGE e divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358/02 que trata da unificação das operações das empresas.

Descrição	31/ DEZ/ 10						Consolidado		Taxa % Média
	Saldo	Adições	Transf.	Baixas	Deprec.	Residual	31/ DEZ/ 10	31/ DEZ/ 09	Ponderada
	31/ DEZ/ 09	2010	2010	2010	Ano/ 10	31/ DEZ/ 10	Residual	Residual	Depreciação
<b>Imobilizado Próprio Operação</b>	<b>34.057</b>	<b>61</b>	<b>3.940</b>	<b>(209)</b>	<b>(3.499)</b>	<b>34.369</b>	<b>62.214</b>	<b>34.057</b>	<b>Anual</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações	8.087	5	200	(133)	(314)	7.845	19.876	8.087	4,00
Benfeitorias	1.541	-	277	(25)	(304)	1.489	1.534	1.541	4,00
Culturas Permanentes	13.236	-	3.308	(24)	(1.219)	15.301	24.068	13.236	5,00
Máquinas e Equipamentos	6.904	21	155	3	(1.022)	6.061	12.563	6.904	10,00
Câmaras Frigoríficas	3.690	-	-	-	(418)	3.272	3.272	3.690	10,00
Veículos e Tratores	412	-	-	(10)	(197)	224	568	412	20 e 25
Móveis e Utensílios	168	35	-	(20)	(25)	158	314	168	10,00
Arrendamento Mercantil	19	-	-	-	-	19	19	19	20,00
<b>Benf. em Imóveis de Terc.</b>	<b>457</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(286)</b>	<b>(137)</b>	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>457</b>	<b>-</b>
Edificações	268	-	-	(177)	(91)	-	-	268	4,00
Vestário/ Banheiros/ Vacaria	36	-	-	-	(2)	34	34	36	-
Benfeitorias	58	-	-	(53)	(5)	-	-	58	4,00
Pomares	95	-	-	(56)	(39)	-	-	95	5,00
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00
<b>Imobilizações em Andamento</b>	<b>4.643</b>	<b>654</b>	<b>-</b>	<b>(329)</b>	<b>-</b>	<b>1.009</b>	<b>2.012</b>	<b>4.643</b>	<b>-</b>
Edificações	285	58	-	-	-	40	40	285	-
Benfeitorias	225	-	-	-	-	225	246	225	-
Pomares em Implantação	3.729	596	-	(329)	-	340	1.004	3.729	-
Florestas em Formação	329	-	-	-	-	329	483	329	-
Máquinas e Equipamentos	75	-	-	-	-	75	239	75	-
<b>Reavaliações</b>	<b>36.991</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.934)</b>	<b>(506)</b>	<b>34.521</b>	<b>44.318</b>	<b>36.991</b>	<b>-</b>
Terrenos	25.362	-	-	(1.769)	-	23.593	31.329	25.362	-
Edificações e Benfeitorias	11.025	-	-	(166)	(390)	10.469	12.500	11.025	3,26
Culturas Permanentes	604	-	-	1	(116)	489	489	604	18,63
<b>Ajuste Patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.404</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	14.350	-	-
Edificações	-	-	-	-	-	-	606	-	4,00
Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	9.424	-	13,00
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-	-	15.970	-	6,67
Veículos e Tratores	-	-	-	-	-	-	1.974	-	29,60
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	78	-	41,28
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>76.148</b>	<b>715</b>	<b>-</b>	<b>(2.758)</b>	<b>(4.142)</b>	<b>69.933</b>	<b>150.983</b>	<b>76.148</b>	

## 12 Ativo Diferido

A administração optou em manter nas suas demonstrações financeiras de 31/DEZ/10 e 31/DEZ/09 os valores do ativo diferido, referente a despesas pré-operacionais, mesmo tendo conhecimento de que a manutenção desse ativo não é permitida pelas práticas contábeis internacionais.

Descrição	Em milhares de reais					
	Controladora			Consolidado		
	Movimentação	Amortização Acumulada	SALDO	Movimentação	Amortização Acumulada	SALDO
<b>Saldo 31/DEZ/08</b>	<b>1.706</b>	<b>1.644</b>	<b>62</b>	<b>2.000</b>	<b>1.644</b>	<b>356</b>
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Baixas/Amortizações	-	59	(59)	-	59	(59)
<b>Saldo 31/DEZ/09</b>	<b>1.706</b>	<b>1.703</b>	<b>3</b>	<b>2.000</b>	<b>1.703</b>	<b>297</b>
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Baixas/Amortizações	-	-	-	-	40	(40)
<b>Saldo 31/DEZ/10</b>	<b>1.706</b>	<b>1.703</b>	<b>3</b>	<b>2.000</b>	<b>1.743</b>	<b>257</b>

### 13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem as seguintes principais características e valores

Instituições Financeiras	Taxa Anual Contrato	Vcto. Final	Em milhares de reais	
			31/DEZ/10	31/DEZ/09
Bancos Comerciais/ACC	13,00%	SET/11	1.501	2.131
Bancos Comerciais/ACC	22,13%	JAN/11	-	-
Bancos Comerciais/ACC	9,47%	JUN/11	1.322	2.121
Bancos Comerciais/ACC	7,16%	SET/10	-	878
Bancos Comerciais/ACC	7,74%	MAR/11	4.069	776
Bancos Comerciais/ACC	11,67%	MAR/11	1.019	1.589
Bancos Comerciais/GIRO	41,75%	OUT/10	-	58
Bancos Comerciais/GIRO	23,87%	FEV/12	2.314	-
Bancos Comerciais/LEC	5,97%	NOV/12	749	886
Bancos Comerciais/LEC	6,75%	JUN/11	21.087	1.517
BNDES/cartão de crédito/Equipamentos	14,57%	SET/11	7	25
BRDE/BNDES/FINEP	4,00%	JAN/11	197	706
BRDE/BNDES/PROINSA	5,00%	FEV/12	449	562
BRDE/FININP	9,00%	DEZ/12	2.337	3.086
BRDE/BNDES/EXIM	9,24%	NOV/12	4.268	3.264
BRDE/BNDES/Modernização frota	9,66%	SET/14	147	213
Bradesco/Modernização frota	9,50%	SET/13	166	225
BRDE/BNDES/PRODEFRUTA	8,06%	AGO/15	572	664
Badesc/Automação Agropecuária	6,00%	JAN/12	449	549



Instituições Financeiras	Taxa Anual Contrato	Vcto. Final	Em milhares de reais	
			31/DEZ/10	31/DEZ/09
BRDE/BNDES/PRODEFRUTA	8,06%	AGO/15	572	664
BRDE/BNDES/Automação Agropecuária	5,00%	AGO/17	9.239	10.343
Badesc/Automação Agropecuária	6,00%	JAN/12	449	549
Securitizações Custeio Agrícola	7,03%	FEV/14	1.225	1.597
Securitizações Custeio Agrícola	4,10%	JUN/20	116	87
Securitizações Custeio Agrícola	3,88%	JUN/19	95	69
BESC	8,34%	JUN/22	495	401
BRDE-FINAME	5,46%	JAN/11	6	2
BRDE	8,70%	OUT/21	74	39
BRDE	4,38%	JUN/11	377	387
BADESC/BNDES	8,00%	JUL/11	23	8
João Antonio Tedesco	14,62%	NOV/13	2.066	2.448
MP Ramos	11,00%	MAR/10	-	30
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>54.369</b>	<b>34.661</b>
<b>Parcela no Circulante</b>			<b>(17.874)</b>	<b>(15.337)</b>
<b>Parcela no Não Circulante</b>			<b>36.495</b>	<b>19.324</b>

Em 31/DEZ/10, o montante não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Em milhares de reais
2.012	4.413
2.013	3.806
2.014	4.080
2.015	909
<b>Após 2015</b>	<b>23.287</b>

Modalidade	Taxa de Juros	Vcto.	Em milhares de reais	
			31/DEZ/10	31/DEZ/09
<b>CUSTEIO</b>			<b>2.433</b>	<b>2.726</b>
BANCO SANTANDER - LEC	6,75% aa	24/02/2010	-	204
BRDE -SC - Proinsa	5% aa	15/12/2013	1.718	1.569
BANCO DO BRASIL SA - Giro Flex	29,172% aa	18/02/2010	-	550
BANCO BRADESCO SA -	6,75% aa	25/06/2010	-	403
BANCO DO BRASIL SA - ACC	9,5% aa	10/03/2011	715	-
<b>INVESTIMENTO:</b>			<b>16.950</b>	<b>17.104</b>
BRDE -SC - 17435	10,75% aa	15/01/2012	122	182
BRDE -SC - 18518	6,75% aa	15/10/2015	247	231
BRDE -SC - 18519	5,0% aa + TJLP	15/10/2016	3.148	2.826
BRDE -SC - 11827	6,5% aa + TJLP	15/06/2011	163	219
BRDE -SC - 14562	7,0% aa + TJLP	15/11/2013	419	368
BRDE -SC - 14544	8,75% aa	15/11/2011	115	104
BRDE -SC - 16578	5,0% aa + TJLP	15/01/2016	1.183	1.380
BRDE -SC - 16579	8,75% aa	15/01/2014	223	279
BRDE -SC - 15195	8,75% aa	15/11/2012	172	155
BRDE -SC - 15243	5,0% aa + TJLP	15/12/2014	794	878
BRDE -SC - 16703	8,75% aa	15/02/2013	447	596
BRDE -SC - 20419	6,75% aa	15/04/2017	1.069	1.001
BRDE -SC - 20420	9,00% aa	15/04/2017	5.448	5.324
BRDE -SC - 17538	8,75% aa	15/03/2015	275	252
BRDE -SC - 17539	5,0% aa + TJLP	15/03/2018	2.517	2.516
BRDE -SC - 17548	8,75% aa	15/12/2013	607	756
BANCO FINASA B M C S/A - LEASING	1,51% aa	13/12/2010	-	20
BANCO PSA LEASING	0,01%	23/01/2011	1	17
<b>CAPITAL DE GIRO</b>			<b>13.818</b>	<b>11.023</b>
BANCO SANTANDER - Cta Garantida	CDI + 0,97%	09/02/2010	-	208
BANCO DO BRASIL SA - CAP. GIRO	1,72% am	06/02/2010	-	500
BANCO SANTANDER - Cap. Giro	1,75% am	09/01/2010	-	148
BANCO SANTANDER - Cap. Giro	CDI + 0,42%am	04/10/2010	-	682
BANCO SANTANDER - Cap. Giro	CDI + 19,421% aa	05/03/2010	-	533
BANCO SANTANDER - Cap. Giro	29,688% aa	10/12/2009	-	68
BRDE- SC - Capital de Giro	11,00% aa	15/10/2012	1.075	1.120
BANCO SANTANDER - Cap. Giro	CDI + 0,44%am	22/02/2010	-	810
LIMITE CHEQUE ESPECIAL CONTAS CORRENTE	-	-	2	208
BANCO ITAÚ - Cap. Giro	CDI + 12,72%aa	20/10/2011	467	455
BANCO ITAÚ - Cap. Giro	CDI 11,21% aa	28/05/2010	-	730
BANCO LEMON ( LEME) - Capital de Giro	CDI + 1,18%am	27/11/2012	6.118	5.561
BANCO ITAÚ - Cap. Giro	CDI + 2,33%am	14/11/2011	646	-
BANCO SANTANDER - Cap. Giro	TJLP + 6%	15/01/2013	2.982	-
CARUANA	23,87% aa	10/01/2011	2.528	-

Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	Em Milhares de Reais	
			31/DEZ/10	31/DEZ/09
<b>FINANCIAMENTOS SECURITIZADOS</b>			<b>514</b>	<b>469</b>
BADESC SA - 93841-00-0	3,00% aa	01/08/2018	8	8
BESC SA - 2002054094	4,57% aa	01/10/2022	58	53
BRDESCO SA - 98/80001	4,58% aa	01/08/2018	150	135
BRDE-SC - 13615.02	4,04% aa	01/07/2022	47	43
BRDE-SC - 13615.01	4,34% aa	01/07/2022	74	67
BRDE-SC - 7691	4,63% aa	01/01/2020	177	163
<b>Total</b>			<b>33.715</b>	<b>31.322</b>
<b>Passivo Circulante</b>			<b>15.087</b>	<b>9.691</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			<b>18.628</b>	<b>21.631</b>

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos, tratores e veículos, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidados	Em milhares de reais	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09
Total de Empréstimos e Financiamentos	88.085	34.661
Parcela no Circulante	(32.963)	(15.337)
Parcela no Não Circulante	55.122	19.324

## 14 Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia no curto prazo.

### Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no curto prazo.

## 15 Investimento e Expansão

Financiamentos de longo prazo junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras, para investimento na safra de produção. Todos com vencimentos acima de 01 ano.

## 16 Empréstimos Securitizados

Com o objetivo de estender o prazo de pagamento das dívidas contraídas por produtores rurais e equalizar os respectivos encargos financeiros à realidade econômico-financeira, foi aprovada em NOV/95 a Lei nº 9.138, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 2.471 do Banco Central de 26 /FEV/98, as quais juntas estabeleceram as diretrizes do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

O PESA proporcionou aos produtores rurais com dívidas contraídas sob determinadas condições a faculdade de adquirir, na data da renegociação, Certificados do Tesouro Nacional (CTNs) cuja finalidade única era viabilizar a reestruturação das dívidas rurais.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, a companhia securitizou dívidas junto às instituições financeiras por meio da aquisição de Certificados do Tesouro Nacional - CTN cedidos em caráter irrevogável e irretratável para as Instituições Financeiras credoras como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O saldo devedor referente ao valor principal da dívida é corrigido de acordo com o IGP-M até o vencimento final da renegociação, também em 20 anos, quando será integralmente quitado mediante o resgate dos CTNs oferecidos em garantia. Tendo em vista que os CTNs terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a companhia entende que não haverá a necessidade de qualquer desembolso adicional de caixa para a liquidação da dívida relativa ao PESA e seu registro foi efetuado como redução do principal da dívida, ambos ajustados a valor presente.

O desembolso da controladora durante os 20 anos de vigência da securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3% e 5% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor destes desembolsos futuros ajustados a valor presente.

## **17 Provisões para Contingências**

### **a. Provisões Trabalhistas**

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

Em 31/DEZ/10, a controladora é parte em 21 ações cíveis e trabalhistas (31 ações em 31/DEZ/09), acrescida de 04 ações trabalhista na controlada, cujas obrigações estimadas apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Em milhares de reais	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/DEZ/09	706	706
Constituição	1.585	2.437
Reversões	(1.754)	(2.533)
<b>Saldo em 31/DEZ/10</b>	<b>537</b>	<b>610</b>

Conforme a opinião dos consultores jurídicos constam reclamações cíveis e trabalhistas, da controladora e da controlada nos montantes de R\$ 207 mil e R\$ 123 mil, respectivamente, cujas perdas são consideradas como possíveis.

As Ações trabalhistas demandam pedidos de horas extras, adicionais de insalubridade e acidente de trabalho.

#### **b. Provisão Garantia de Preço Mínimo sobre Ações**

Com base no termo de incorporação, a cláusula décima primeira, estabelece uma garantia de preço mínimo aos acionistas de R\$ 1,00 (um real) por ação, para 18.000.000 (dezoito milhões) de ações por um prazo de 3 (três) anos contados da data de aprovação da Incorporação pela AGE. Tendo o preço bruto médio por nova ação alienada no período em questão, será pago ao final de 03 (três) anos no prazo de 60 (sessenta) dias, após o comunicado pelo controlador Pomifrai (acionistas da Pomifrai) para as 18.000.000 (dezoito milhões) ações, observado o cronograma previsto na cláusula décima: no máximo 6.000.000 (seis milhões) de ações anuais, sendo no máximo 800.000 (oitocentas mil) ações mensais e no máximo 50.000 (cinquenta mil) ações diárias, ou seja, as vendas não são cumulativas. Portanto em 31/DEZ/10 o saldo disponível para venda totalizaram 15.600.000 ações, a uma cotação de R\$ 0,66 cada, totalizando R\$ 5.304 mil.

## **18 Tributos Diferidos**

Na controladora os encargos tributários, mantidos sobre a reserva de reavaliação somam R\$ 8.506 mil (R\$ 3.725 mil em 31/DEZ/09), sendo R\$ 6.248 mil (R\$ 2.733 mil em 31/DEZ/09), a título de Imposto de Renda e R\$ 2.258 mil (R\$ 992 mil em 31/DEZ/09), a título de contribuição social, registrados no passivo não circulante.

No ano de 2010, foram contabilizados os valores de IRPJ e CSLL Diferidos sobre os saldos remanescentes da reavaliação de terrenos ocorrida em 29/DEZ/06, nos montantes de R\$ 1.369 mil e R\$ 3.803 mil, respectivamente.

Cálculo dos tributos diferidos sobre a reavaliação:

Descrição	Em milhares de Reais	
	CSLL	IRPJ
<b>Constituição da Provisão em 31/DEZ/06</b>		
Valores de itens sujeitos a depreciação	11.983	11.983
Ativos não depreciáveis (Terrenos)	15.212	15.212
Realização por depreciação no período	(2.107)	(2.107)
<b>Saldo a realizar por depreciação</b>	<b>25.088</b>	<b>25.088</b>
Saldo para Constituição de Provisão	25.088	25.088
Alíquota	9%	15%
<b>Valor Provisão para Tributos</b>	<b>2.258</b>	<b>3.763</b>
Limite de isenção adicional IRPJ	-	(240)
Valor base para cálculo do Adicional IRPJ	-	24.848
Percentual Adicional IRPJ	-	10%
<b>Valor do Adicional IRPJ</b>	<b>-</b>	<b>2.485</b>
<b>Total de Tributos Diferidos sobre a Reavaliação de Ativos</b>	<b>2.258</b>	<b>6.248</b>

Em 2010 a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A., com base em laudo de avaliação, atribuiu novos custos a classes do imobilizado, conforme permite os Pronunciamentos CPC 27 e ICPC10. Os mesmos pronunciamentos exigem que sobre o valor do ajuste patrimonial registrado no patrimônio líquido seja contabilizado o IRPJ e a CSLL diferidos.

Foram procedidos os registros contábeis exigidos, e o valor dos tributos diferidos ficaram mantidos nos montantes de R\$ 9.805 mil (R\$ 10.533 mil em 31/DEZ/09), a título de imposto de renda e R\$ 3.530 mil (R\$ 3.792 mil em 31/DEZ/09), de Contribuição Social, os quais reduziram a respectiva conta do Patrimônio Líquido em contrapartida a conta do Passivo Não Circulante. O quadro a seguir demonstra os cálculos:

Descrição	TOTAL		1996		2010	
	Em milhares de Reais		Em milhares de Reais		Em milhares de Reais	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Valores de itens sujeitos a depreciação	45.245	45.245	5.255	5.255	39.990	39.990
Realização no Exercício Social	(6.023)	(6.023)	(3.189)	(3.189)	(2.834)	(2.834)
<b>Saldo a Realizar por Depreciação</b>	<b>39.222</b>	<b>39.222</b>	<b>2.066</b>	<b>2.066</b>	<b>37.156</b>	<b>37.156</b>
Saldo para Constituição de Provisão	39.222	39.222	2.066	2.066	37.156	37.156
Alíquota	9%	25%	9%	25%	9%	25%
<b>Total de Tributos Diferidos</b>	<b>3.530</b>	<b>9.805</b>	<b>186</b>	<b>516</b>	<b>3.344</b>	<b>9.289</b>

O saldo registrado na conta de tributos diferidos será realizado com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

Ainda, na empresa controlada permanece registrado um saldo de tributos diferidos de anos anteriores que totaliza R\$ 703 mil em 31/DEZ/10.

a) Capital social

O capital social da companhia é de R\$ 110.986.000 mil, representado por 110.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 30/JUN/09, foi realizada uma assembléia geral extraordinária que aprovou aumento de capital de 40.000.000 de ações ao valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de reais), totalizando R\$ 20 milhões, integralizado em 04/AGO/09.

Nesta assembléia, também foram aprovadas alterações do estatuto social, sendo as principais: valor do capital autorizado, forma de deliberação do conselho de administração, competências do conselho de administração e eleição de novos membros do conselho de administração.

Em 28/SET/10, foi realizada uma assembléia geral extraordinária que aprovou aumento de capital de 30.000.000 de ações ao valor de 1,62 (um real e sessenta e dois centavos), totalizando R\$ 48.586 mil.

Nesta assembléia, também foi aprovada alteração do estatuto social, em seu artigo 5º aumento do capital social em decorrência da incorporação de ações e, também, aprovação do laudo de avaliação elaborado pela empresa Apsis Consultoria e Avaliações.

b) Reserva de reavaliação

Em 2006, a companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por peritos independentes por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembléia geral extraordinária de 29/DEZ/06.

O resultado desta reavaliação em 29/DEZ/06 está a seguir demonstrado (valores em milhares de reais):

Descrição	Valor Reavaliado	Valor líquido contábil	Aumento
Terrenos Urbanos	4.147	1.046	3.101
Áreas Rurais	24.312	8.223	16.089
Benfeitorias Urbanas	15.169	5.541	9.628
Benfeitorias Rurais	3.948	960	2.988
Pomares de Maçãs	9.490	9.863	(373)
Reflorestamentos de Pinus	274	214	60
<b>Total</b>	<b>57.340</b>	<b>25.847</b>	<b>31.493</b>

O aumento do valor dos bens decorrente das reavaliações foi acrescido aos saldos do imobilizado e da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo não circulante com contra partida na rubrica reserva de reavaliação pelo valor de

R\$ 4.159 mil em DEZ/06. O valor reavaliado das benfeitorias urbanas e rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus passou a ser depreciado, amortizado e exaurido com base na sua vida útil econômica remanescente estimada, conforme as taxas de depreciação, amortização e exaustão indicadas na nota 11.

c) Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

## 20 Imposto de Renda e Contribuição Social

A companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 31/DEZ/10 não foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social, por ter apurado prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social.

Descrição	Em milhares de reais	
	CSLL	IRPJ
<b>Resultado antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda</b>	<b>(41.563)</b>	<b>(41.563)</b>
<b>Adições:</b>	<b>29.058</b>	<b>29.004</b>
Despesas Indedutíveis	235	235
Realização da Reserva de Reavaliação	2.735	2.482
Realização Deprec. Acelerada Incentivada Lei 8023/90	2.973	3.172
Provisões não Dedutíveis	23.115	23.115
<b>Exclusões</b>	<b>(2.976)</b>	<b>(2.976)</b>
Depreciação Acelerada Incentivada Lei 8023/90	(1.230)	(1.230)
Reversão de Provisões não Dedutíveis	(1.746)	(1.746)
<b>Base de Incidência da Contribuição Social e Imposto de Renda</b>	<b>(15.481)</b>	<b>(15.535)</b>

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado, existentes para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

## 21 Resultado Financeiro Líquido



Descrição	Em milhares de reais			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	31/DEZ/10	31/DEZ/09
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(11.461)</b>	<b>(9.073)</b>	<b>(19.124)</b>	<b>(9.073)</b>
Juros e Despesas sobre Endividamento	(7.686)	(6.323)	(13.295)	(6.323)
Variações Monetárias Passivas	(557)	(863)	(557)	(863)
Variações Cambiais Passivas	(1.092)	(679)	(1.212)	(679)
Descontos e Bonificações Concedidos	(403)	(251)	(642)	(251)
Outros	(1.723)	(957)	(3.418)	(957)
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>3.102</b>	<b>6.209</b>	<b>3.321</b>	<b>6.209</b>
Variações Monetárias Ativas	1.295	161	1.299	161
Variações Cambiais Ativas	1.309	1.055	1.398	1.055
Rendimentos de Aplicações Financeiras	48	4.305	88	4.305
Outras	450	688	536	688
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(8.359)</b>	<b>(2.864)</b>	<b>15.803</b>	<b>(2.864)</b>

## 22 Instrumentos Financeiros

### Considerações Gerais sobre Gerenciamento de Risco

A companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela administração e pelo conselho de administração. Conforme mencionado na nota 1, a atividade preponderante da companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

#### a) Risco cambial

A companhia exporta em média 8,64% de sua produção anual. O destino das exportações é, principalmente, a Europa. Desse modo, a companhia está sujeita ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

Outra forma utilizada pela companhia para minimizar esses riscos é a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs). Em 31/DEZ/10 a companhia não possuía contratos dessa natureza em aberto.

#### b) Risco de crédito

As vendas a prazo para clientes na Europa estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Os adiantamentos a fornecedores destinados a preparação da safra do próximo ano são garantidos por cédulas de produto rural (CPR), que garantem recebimento das frutas, objeto do adiantamento efetuado.

c) Risco de taxa de juros

A companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota 13. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

d) Derivativos e operações de hedge

A companhia não possui na data do balanço, derivativos contratados e operações de hedge.

## 23 Cobertura de Seguros

Em 31/DEZ/10, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramo	Itens segurados	Cobertura por evento	Importância segurada em milhares de reais	Consolidado	Vigência final
Riscos Operacionais	Patrimônio	Danos Materiais	39.010	86.310	31/DEZ/11
Responsabilidade Civil	Tratores	Danos Materiais	300	300	01/DEZ/11
Responsabilidade Civil	Automóveis	Danos a Terceiros	100	1.700	10/MAR/11
Diretores/Funcionários	Funcionários	Acidentes com DMHO	1.038	1.038	1/ABR/2011
Diretores/Funcionários	Funcionários	Acidentes com DMHO	1.038	1.038	1/ABR/2011
Diretores/Funcionários	Funcionários	Acidentes com DMHO	1.038	1.038	1/MAR/2011
Diretores/Funcionários	Funcionários	Acidentes com DMHO	1.992	1.992	28/09/2011
Funcionários	Diretores	Acidentes com DMHO	8.800	8.800	4/AGO/2011

Todos as apólices de seguros patrimoniais (edificações, máquinas e veículos) que venceram no início de 2011 foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da companhia a riscos.

## 24 Acordo de Incorporação

Conforme acordo de incorporação firmado entre as empresas Renar Maçãs S/A e Pomifrai Fruticultura S/A em 02/DEZ/09 e divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358/02 que trata da unificação das operações das empresas, as mesmas realizaram transações entre si com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros e otimizar os ativos, valendo-se das melhores condições financeiras obtidas por cada uma delas junto às instituições financeiras e fornecedores. A incorporação foi concluída em 28/SET/10 e aprovado em AGE.

## **25 Dados para a Incorporação**

Os dados seguintes detalham a composição da contraprestação paga e do ágio em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A, bem como a avaliação respaldada em laudo da empresa Apsis Consultoria e Avaliações (CNPJ 08.681.365/0001-30), (CNPJ) o qual foi aprovado em AGE em 28/SET/10.

Em 30/SET/10 foram contabilizados na Controladora os seguintes valores (Em milhares de Reais)	
D – Investimento Pomifrai Fruticultura S/A	22.192
D – Investimento por mais valia Ativos e Passivos Líquidos	26.394
C – Patrimônio Líquido (Investimento em controlada)	48.586

Com base na análise da empresa Apsis Consultoria e Avaliações, concluíram os peritos que o valor do patrimônio líquido da Pomifrai Fruticultura S/A a preços de mercado calculado pela abordagem do ativos na data de 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 48.586 mil (quarenta e oito milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais).

O valor justo das 30.000.000 ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação transferida em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A e sua controlada Pomifrai Alimentos Ltda, ou seja, R\$ 1,62 por ação.

O valor dos ativos adquiridos, excluem R\$ 79 mil de Ativo Circulante, R\$ 630 mil de ativo não circulante e R\$ 4.758 mil de ativo imobilizado, conforme consta no laudo de avaliação.

## **26 Remuneração dos Administradores**

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício, após as deduções previstas em lei e após a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio; observadas as restrições legais; será destinado até 10% a título de participação dos administradores. Em ata de assembléia geral realizada em 03/MAIO/10 da controladora, foram fixados os valores das remunerações: da diretoria no valor mensal global de até em R\$ 57 mil do conselho de administração em R\$ 2,5 mil no valor global, e conselho fiscal em R\$ 1,9 mil para cada membro respectivamente. Em ata de assembléia geral realizada em 17/SET/10 da controlada, foram fixados os valores das remunerações dos administradores em até R\$ 48 mil mensais.

## **27 Conselho de Administração**

Compõem o conselho de administração: Sr. André Aliche de Vivo – Presidente; Roberto Frey – Vice-Presidente; Marcos Wilson Pereira; Richard Freeman Lark Jr. e Marco Antonio Fiori.

## **28 Conselho Fiscal**

Emilio Salomão Elias; Antonio José Gonçalves Fraga Neto; Alceu Schneiker.

## **29 Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, a administração analisou e aprovou as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da Renar Maças S/A.

## **30 Resultados Operacionais**

A administração está implementando as seguintes principais ações, visando a melhoria da atual situação financeira e econômica da companhia:

- Redução de despesas, adequando a estrutura da companhia, valendo-se da sinergia gerada com a incorporação da Pomifrai Fruticultura S.A e Renar Maças S.A.
- Reestruturação de diversos setores, em especial, a área agrícola, com foco em redução de custos de produção de forma a obter maior margem de contribuição na safra de 2011/2012.
- Venda de ativos imobilizados não utilizados nas atividades operacionais.
- Implementação de orçamento setorial para o exercício de 2011, visando aumento de controle e redução de gastos.

## **31 Cláusula Compromissória de Adesão à Câmara de Arbitragem**

A companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

“Cláusula Compromissória” consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da

aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das sociedades anônimas, no estatuto social da companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste regulamento de listagem, do regulamento de arbitragem e do contrato de participação no Novo Mercado da Bovespa.

Alexandre Biselli  
Waldir José de Freitas Candelária  
Marcelo Ferreira Holtz  
Evandro Luciano Tezori

Diretor Presidente  
Diretor Financeiro e de RI  
Diretor Comercial  
Contador / CRC 027868/O-7